

Cabral busca fórmula ideal para empresas

Criar um conceito de "empresa nacional" e outro de "empresa brasileira", é a fórmula que está sendo procurada pelo relator Bernardo Cabral para colocar um fim às controvérsias sobre o tema e que surgiram após a divulgação do seu anteprojeto. Cabral estaria empenhado em impedir a interpretação — criticada por vários constituintes — no sentido de que uma empresa deixa de ser nacional quando seus proprietários transferem seu domicílio, mesmo que temporariamente, para o exterior.

Este foi um dos itens discutido ontem por Cabral com o PFL: o relator mostrou o esboço do seu projeto ao senador Marco Maciel e aos líderes no Senado e na Constituinte, Carlos Chiarelli e José Lourenço. Este último saiu animado do encontro, afirmando que agora o trabalho de Cabral "se identifica com a imagem que ele tem perante a opinião pública, de um jurista competente e sério".

Chiarelli explicou que o relator Bernardo Cabral pediu certo sigilo sobre o que foi discutido, mas adiantou que houve "muita receptividade" em relação às posições do partido e que algumas das sugestões, foram acatadas. Ele explicou que houve, por exemplo, uma coincidência de opiniões em relação à necessidade de estímulo às micro-empresas, através de proteção em termos tributários e da abertura para que essas empresas tenham acesso ao mercado proporcionado pelo Estado, com a venda de produtos para o serviço público.

Em relação ao conceito de empresa nacional, Chiarelli admitiu que a ideia seria mesmo a de distinguir o conceito de "brasileira" da de "nacional". Segundo ele, Cabral garantiu que a fórmula "vai dar respaldo muito satisfatório" aos que combatem o texto do atual anteprojeto. O líder José Lourenço adiantou que a ideia seria conceituar empresa nacional como aquela sob controle de brasileiros, enquanto a "empresa brasileira", seria aquela formada também por capital estrangeiro, mas instalada em território nacional.

Outra "coincidência de posições", segundo Chiarelli, diz respeito ao problema dos direitos autorais, especialmente sobre criações musicais, cuja arrecadação hoje é feita pelo Estado. A ideia seria propiciar aos criadores a escolha de se organizarem em entidades encarregadas dessa arrecadação, embora não fique afastada a hipótese de o Estado continuar atuando no setor, se determinadas categorias assim o preferirem. Chiarelli disse que, de um modo geral, o atual esboço do relator é "muitíssimo superior" ao anteprojeto apresentado.

PFL proporá sistema misto de votação

A comissão de parlamentares do PFL encarregada de avaliar o impacto do voto distrital no partido vai propor ao relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, em reunião a ser realizada hoje ou amanhã, a adoção do sistema misto, com a eleição de um terço dos deputados pelo voto proporcional e dois terços pelo distrital. Haveria duas vagas em disputa para a Câmara Federal em cada distrito. A informação foi prestada ontem pelo deputado Aleni Guerra (PFL-PR), um dos membros da comissão.

Segundo os estudos realizados por deputados e senadores pefelistas, o partido estaria extinto do mapa político do País, caso a eleição de 1986 fosse realizada dentro do sistema distrital puro.

"Das 84 vagas para deputados federais e estaduais em disputa, na eleição do ano passado no Estado do Paraná, 81 seriam preenchidas pelos candidatos do PMDB; o PFL ficaria com apenas três, sendo que o PDT e o PT não fariam nenhum deputado", revelou Aleni Guerra sobre o estudo realizado pelo PFL.

A Comissão foi formada pelos deputados Aleni Guerra, Saulo Queiroz (MT), José Lins (CE) e Arnaldo Prieto (RS) e pelo líder do partido no Senado, Carlos Chiarelli (RS).

Divergências

O sistema misto, que possibilita a eleição do candidato pelo voto distrital ou pelo proporcional, encontra resistências de toda a esquerda, à exceção da corrente liderada pelo senador Mário Covas (PMDB-SP), e de parte da direita e dos moderados, como o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e o líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA).

O líder do PCB, deputado Roberto Freire (PE), e o vice-líder do PT, deputado José Genoíno (SP), argumentam que o voto distrital aumentaria a influência do poder econômico nas eleições e extinguiu os pequenos partidos, uma vez que a disputa seria bipolarizada entre as duas maiores agremiações do País.

"No caso do poder econômico, bastaria que as 30 maiores fortunas de São Paulo concentrassem suas forças nos 30 maiores municípios do Estado, dividindo a área de aplicação de recursos", adverte Roberto Freire.

Arinos leva nova proposta a Sarney



Afonso Arinos defenderá a proposta dos parlamentaristas

Quércia adverte sobre retrocesso

Ubatuba (SP) — O governador Orestes Quércia advertiu ontem, em Ubatuba, que a implantação do sistema parlamentarista no Brasil, como é o desejo da maioria dos deputados constituintes, pode provocar um novo retrocesso político. Segundo ele, as frequentes crises que poderão ocorrer inviabilizará o projeto de democracia, por falta de maturidade política da Nação.

A opinião foi manifestada durante a abertura do 31º Congresso Estadual dos Municípios, onde ele próprio votou em aberto

pelo presidencialismo em um plebiscito promovido pela Secretaria Estadual do Interior, para saber as preferências dos prefeitos e vereadores paulistas. "A implantação de regimes parlamentaristas não muito firmes poderia ser uma porta aberta para o retrocesso político no Brasil", disse Quércia.

Admitindo que poderá tentar influenciar seus liderados durante a votação da proposta, o Governador destacou que "há uma forte tradição presidencialista no País e os constituintes devem levar isso em conta".

Cardeal desaprova discussão

São Paulo — A polarização das lideranças políticas na Constituinte em torno da definição do tipo de sistema a ser adotado — parlamentarismo ou presidencialismo — foi qualificada ontem pelo cardeal-arcobispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, como uma alienação com relação aos problemas nacionais.

Condenando a marginalização a que foram relegados temas sociais e trabalhistas importantes, D. Paulo afirmou que "o povo precisa de ordem no País, de uma disciplina urgente dos gastos nacionais e de uma política clara em relação ao endividamento externo".

"Ordem" — acrescentou — "significa uma clara definição da política econômica, uma execução exemplar dela, sob vigilância do Parlamento e uma total abertura

dos gastos para a imprensa, com controle da opinião pública sobre o que se passa no país. D. Paulo acha que a principal causa da "alienação" nos debates da Constituinte é fruto de busca de poder por parte de grupos, querendo preservar suas áreas de influência.

"O Brasil não quer ser governado por elites ou grupos e nem por um partido. O essencial é buscar soluções para hoje e amanhã com objetividade" — afirmou.

O secretário-geral da CNBB, D. Antônio Celso Queiroz, também condenou o desinteresse dos constituintes com relação às questões sociais, resultado, em sua opinião, da prioridade às aspirações pessoais e circunstanciais. "é evidente que a Constituinte é busca de consenso, mas não na forma de chave", disse.

Pesquisa dá vantagem aos presidencialistas

Os presidencialistas asseguram ter 51 votos na Comissão de Sistematização, o suficiente para derrubar o parlamentarismo quase puro previsto no anteprojeto do deputado Bernardo Cabral. Esses números foram checados ontem a tarde durante uma reunião entre o líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, e os deputados Vivaldo Barbosa e Luis Salomão — ambos do PDT-RJ —, que estudavam a possibilidade de acordo entre o grupo que sustenta a emenda presidencialista do deputado Theodoro Mendes e o PT e PDT — únicos partidos de esquerda que defendem o presidencialismo.

O PDT e a liderança do Governo na Constituinte fizeram suas pesquisas em separado. O primeiro confronto dos números foi ontem e segundo o deputado Luis Salomão "os resultados bateram com os do deputado Carlos Sant'Anna". O placar dos presidencialistas é o seguinte: 20 votos no PFL, 18 no PMDB, cinco no PDS, três no PDT, dois no PT e três que representam os únicos representantes do PDC, PL e PMB na Comissão de Sistematização. Luis Salomão, que fez os cálculos pessoalmente, assegura que "estão corretos: eu não erro em conta, sou engenheiro e não sociólogo como o Fernando Henrique Cardoso", ironizou.

Segundo os deputados pedetistas existe a possibilidade de se chegar a um acordo com a liderança do Governo, "já que podemos verificar que nossas propostas são muito parecidas". No encontro com o líder do Governo, Carlos Sant'Anna, que durou quase uma hora, o único impasse verificado foi em relação a inexistência de moção de censura aos ministros militares



Lider Carlos Sant'Anna

e do Gabinete Civil, prevista na emenda Theodoro Mendes. Mesmo assim, o deputado Vivaldo Barbosa acha que o acordo será fechado antes de sexta-feira.

Carlos Sant'Anna, também está otimista em relação a vitória dos presidencialistas. Ele negou que tenha fechado qualquer acordo com o grupo parlamentarista. Admitiu, no entanto, que manteve conversas telefônicas com alguns dos representantes como o deputado Egidio Ferreira Lima e o senador Fernando Henrique Cardoso. "Participei de reuniões como um constituinte que defende o presidencialismo".

Após a divulgação do documento dos parlamentaristas Sant'Anna afirmou que "esperava algo mais objetivo". Por isso acredita que a partir de agora fica mais difícil chegar a um consenso.

Divergência sobre mandato impede acordo

As divergências quanto à duração do mandato presidencial, que estavam relegadas a um segundo plano, ressurgiram nas intensas negociações entre os defensores do parlamentarismo que ainda não conseguiram chegar a um cronograma único para a implantação do novo sistema de governo.

Os partidários de um mandato para o presidente José Sarney de quatro, cinco e seis anos não estão abrindo mão dessa posição apesar de já terem praticamente conseguido um consenso quanto à distribuição dos poderes no futuro sistema entre o Presidente da República e o Primeiro-Ministro.

Ontem, as lideranças parlamentaristas chegaram a elaborar um documento, credenciando o senador Afonso Arinos a negociar com Sarney, mas ele simplesmente se omite na principal questão que os divide: quando implantar o parlamentarismo?

Na reunião que produziu o documento, os defensores de um mandato de seis anos tentaram, sem êxito, convencer os demais participantes da reunião a endossar essa posição, que seria chancelada por Sarney. Os parlamentaristas estão divididos em torno de quatro cronogramas: 1) Mudança do sistema de governo seis meses após a promulgação da Constituição prevista, portanto, para março de 1988. O senador Mário Covas e os políticos empenhados em favor de um mandato de quatro anos preferem essa alternativa; 2) Uma transição de 12 meses, com a implantação definitiva do parlamentarismo no início de 1989. Essa é a proposta dos partidários de um mandato de cinco anos, bancada pelo principal núcleo parlamentarista do PMDB, formado pelos, entre outros, senadores Nelson Carneiro e José Fogaça e os deputados Luiz Henrique e Egidio Ferreira Lima. O grupo de Covas admite endossar essa sugestão; 3) Dezoito meses de transição, com mais 18 meses de implantação do novo sistema com Sarney na presidência. Seu autor é o próprio deputado Bernardo Cabral; 4) Vinte e quatro meses com a mudança do sistema de governo em 1990 durante o sexto ano de mandato de Sarney. Essa proposta conta com fortes simpatias no Planalto e é bancada pelo, entre outros, senador José Richa, o deputado Cid Carvalho e os parlamentaristas do PFL.

Estão inteiramente descartadas para um consenso as propostas de seis e de 24 meses. Restam nas negociações as de 12 e 18 meses. Em torno delas, os parlamentaristas tentarão se entender nas próximas 48 horas. Se não chegarem a um acordo até a sexta-feira, quando Bernardo Cabral apresentará um substitutivo, o sistema de governo, pelo menos na Comissão de Sistematização, será definido pelo voto.

Líder do PCB prevê fim do pró-diretas

O fracasso dos comícios pelas diretas-já e as agressões verbais entre o ex-governador Leonel Brizola, presidente nacional do PDT e o líder do PC do B, deputado Haroldo Lima, são sinais visíveis de que a radicalização está predominando e que o enterro do movimento está próximo. A previsão foi feita ontem pelo líder do PCB, deputado Roberto Freire, defensor do parlamentarismo e que não integra o movimento por considerá-lo "com tendências ao tumulto e à anarquia".

Logo mais às 10h00 da manhã a Comissão Nacional do Movimento Pró-Diretas 88 estará se reunindo para promover uma avaliação das proporções dos conflitos internos sobre a polémica questão do sistema de governo, além de confirmar os próximos comícios, marcados para Goiânia (23) e Salvador (25). O vice-líder do PTB, deputado Arnaldo Faria, pretende amenizar os ânimos exaltados entre os pedetistas e os comunistas, mas já avisou: "Ou páram as brigas e ofensas ou se enterra o movimento".

Faria inclusive não compareceu ao último comício, realizado na semana passada, em Porto Alegre, em sinal de protesto pelos incidentes de Aracaju, mas lembrou que o culpado pela crise reinante no movimento foi o líder do PCB, Roberto Freire, o primeiro parlamentarista que levou para o palanque a questão do sistema de governo. Freire negou a intenção, afirmando que o ato foi involuntário. "Mal descí do avião, subi no palanque e falei pouco, nunca imaginando que daria este rebu todo", comentou. Faria salientou que o Pró-diretas ganhará forças na medida em que a proposta de parlamentarismo gradual crescer entre os constituintes. "Isto é um golpe para que o Sarney fique por seis anos", frisou. Para o petebista, o PC do B e o PSB deveriam reavaliar suas posturas parlamentaristas, pois para ele, "estão cometendo um enorme equívoco".

Já o líder do PC do B, deputado Haroldo Lima, considerou absurda e sem fundamento a hipótese do partido reverter sua defesa em prol do sistema presidencialista.



Os parlamentaristas abriram mais um canal de negociação com o presidente José Sarney para tentar superar as divergências em torno da adoção do sistema de Governo. Ontem, eles elaboraram um documento — que deverá ser entregue ao Presidente até sexta-feira, pelo senador Afonso Arinos (PFL-RJ) — onde traçam cinco pontos sobre os quais as correntes divergentes em torno da adoção do sistema definiram um acordo.

O documento, assinado pelos deputados Luiz Henrique, Euclides Scalco e Fernando Henrique Cardoso, líderes do PMDB, e por parlamentares representantes das diversas correntes parlamentaristas na Constituinte — PFL, PTB e PDS — não aborda os pontos divergentes a respeito do período de transição do atual sistema de Governo para o parlamentarismo. Fixa apenas a implantação do sistema no atual período de Governo e pede a participação do Presidente nas negociações.

De acordo com os pontos do documento dos parlamentaristas, a implantação do novo sistema deve ocorrer no atual período de Governo. É indispensável uma linha de entendimento que gere a participação e o apoio imprescindível do Presidente da República, dos partidos políticos e da sociedade.

Transição

O documento defende ainda um período de transição para a implantação do sistema parlamentarista, através das disposições transitórias, de forma a assegurar

Saulo prega ação do Governo

O secretário-geral do PFL, deputado Saulo Queiroz (MS), afirmou ontem que o documento encaminhado ao senador Afonso Arinos pelos parlamentaristas gera "uma expectativa de movimento do Governo" em busca de uma conversa entre as duas correntes — a dos parlamentaristas e a dos presidencialistas. Segundo ele, por enquanto a impressão que se tem é de que há uma mesa de duas pernas — parlamentaristas do PMDB e do PFL. "Falta uma perna, que é a posição do Governo", frisou.

Saulo observou que o documento é muito bom sobretudo porque "não agride" e não coloca nada de forma "fechada", o que

Presidente cobra definição

A negociação entre o Governo e o grupo parlamentarista só se esgotará quando este grupo chegar a um consenso entre as diferentes propostas parlamentaristas apresentadas à Comissão de Sistematização, Sarney não está disposto a abrir mão do presidencialismo, e, caso o acordo não se concretize, o Presidente acredita que o plenário da Constituinte aprovará o presidencialismo. A informação é do ministro Costa Couto, chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.

Disse o ministro que Sarney continua acreditando "na possibilidade de negociação e está com muita esperança de que o acordo se concretize ainda nesta fase, até sexta-feira. Caso contrário, vamos a plenário e, na avaliação feita por Ulysses Guimarães ao presidente Sarney, a proposta presidencialista é hoje majoritária entre os constituintes. Sem necessidade de se fazer nenhum trabalho junto aos congressistas".

Racha favorece Planalto

A avaliação governamental, de que a fórmula presidencialista, acabará prevalecendo, coincide com a que o ex-secretário geral do PDS, hoje no PMDB da Bahia, deputado Prisco Viana, faz da controvérsia entre parlamentaristas e presidencialistas a encerrar-se, em sua opinião, através de disputa entre os dois grupos.

O representante peemedebista acredita que o fato de não haver unidade ideológica ou de princípios, entre os parlamentaristas, fará com que o presidencialismo triunfe na Comissão de Sistematização da Assembleia.

O raciocínio de Prisco é partilhado por outros parlamentares situacionistas e da oposição.

Existem parlamentaristas simpáticos ao parlamentarismo dos mais variados matizes na Constituinte: híbrido, puro, mitigado, gradualista, português, à francesa, à inglesa etc. Quando o assunto for colocado em votação, já que ninguém fará acordo em torno de qualquer dessas variantes do parlamentarismo, os simpatizantes das teses derrotadas vão acabar preferindo o presidencialismo, com o simples reforço dos poderes do Legislativo.

Um presidencialista convicto garantiu que os diversos grupos parlamentaristas informaram ao presidente Sarney contar com 67 votos na Comissão de Sistematização, integrada por 93 constituintes. Muita gente — segundo esse constituinte — se diz parlamentarista, mas está atrás de uma desculpa razoável, para aprovar o presidencialismo.

o ajuste necessário das instituições ao novo sistema de Governo, que, na sua plenitude, deverá ficar definido no corpo permanente da Constituinte.

O grupo parlamentarista estabelece também que a futura eleição presidencial, bem como a eleição para os membros do Congresso Nacional, deverá refletir fielmente o novo modelo de Governo, já então definitivamente instaurado no País. O documento afirma que "O momento é de enormes dificuldades econômicas e sociais. O parlamentarismo consubstancia e viabiliza o pacto político superior, do qual o Brasil depende para encontrar soluções indispensáveis ao bem-estar dos brasileiros".

Avanço

O líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique, assegurou que a intenção dos parlamentaristas que formaram uma comissão para discutir e redigir o documento foi a de chegar a um acordo em torno de alguns pontos mínimos. Esses pontos mínimos, que ele considerou um "avanço", foram a adoção do parlamentarismo no atual Governo e as próximas eleições, que se realizarão já sob o novo sistema.

A forma como o parlamentarismo deverá ser implantado ficou para ser discutido posteriormente. O senador José Fogaça (PMDB-RS) disse que essa questão foi deixada em aberto para ser negociada. "O Presidente, agora, sai da posição de condutor nesse processo para a de condutor. Não queremos o confronto", garantiu.

O deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG) afirmou que o documento "é da mais alta importância, porque representa a esmagadora maioria dos parlamentaristas na Constituinte".

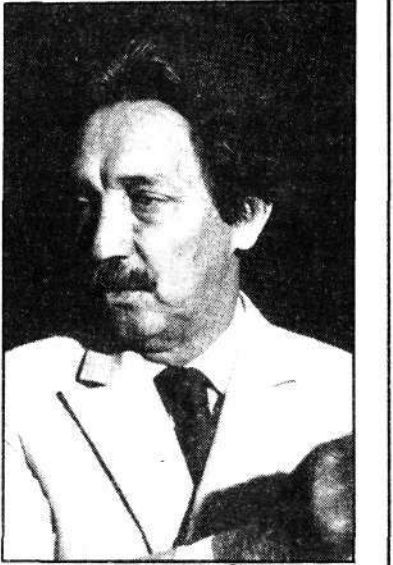
pressupõe, a seu ver, uma abertura para o entendimento. "Estamos querendo chamar um interlocutor importante, que é o Governo. O documento é um convite à participação dessa terceira perna da mesa", observou o parlamentar.

O secretário-geral do PFL enfatizou ainda que a reunião de ontem entre parlamentaristas, da qual participou, foi importante na medida em que se chegou a "alguns pontos de consenso", como o de que o parlamentarismo, se aprovado, tem que ser implantado durante o atual Governo, de modo que ao serem realizadas as próximas eleições presidenciais e para o Congresso o novo sistema já esteja vigorando.

Consenso

Mais uma vez o porta-voz afirmou que ainda não há consenso entre os parlamentaristas. "As propostas dos parlamentaristas — disse — são muitas, com um imenso leque de alternativas. Os presidencialistas estão fechados. Há uma coesão entre eles. E, enquanto não se chegar a um consenso entre os parlamentaristas, o que parece bem difícil, porque cada um defende sua própria proposta, o Presidente não pode negociar".

Arquivo - 02/09/87



Prisco prevê disputa

A propósito, entre os que assim pensam, citava-se, ontem, na Constituinte, o senador Carlos Chiarelli, líder do PFL no Senado e considerado parlamentarista histórico. Pois Chiarelli, da mesma forma que muitos outros, já afirmou que só votará no parlamentarismo clássico, proposta que não tem nenhuma chance de ser vitoriosa na Assembleia.

Por sinal, a um constituinte do PMDB, o presidente Sarney declarou que se sentia constrangido com a proposta de parlamentarismo na qual estava implícito o mandato presidencial. "Isso — teria comentado o presidente, referindo-se aos seis anos de mandato — está-me deixando muito mal, pois meu compromisso é com o presidencialismo e o mandato de cinco anos".